

# INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DE QUÍMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PIBID

Francisco Cleyton Nogueira Santana <sup>1</sup>

Guilherme Da Silva Rodrigues<sup>2</sup>

Iris Bezerra De Sousa <sup>3</sup>

José Mariano De Sousa Oliveira 4

#### **RESUMO**

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), focado na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino de Ouímica. As metodologias de inclusão visam garantir oportunidades educacionais equitativas e a participação plena desses alunos. Para isso, a pesquisa buscou implementar práticas que promovem a participação equitativa, focando na identificação das necessidades individuais, adaptação do currículo e das estratégias de ensino, além de cultivar um ambiente acolhedor. Durante o PIBID, buscamos atender a essas demandas específicas, criando materiais didáticos utilizando recursos adaptados e exemplos práticos como materiais visuais, jogos educativos e atividades práticas para favorecer a compreensão de conceitos químicos. A experiência destacou a importância de um ambiente acolhedor e de práticas pedagógicas sensíveis. Através do monitoramento contínuo e análise do desempenho, observouse melhora significativa na aprendizagem e na integração social dos alunos. A vivência demonstrou que práticas adaptativas não beneficiam apenas alunos com necessidades especiais, mas fortalecem a interação entre todos, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e colaborativo. No entanto, enfrentamos o desafio da falta de formação específica para lidar com a inclusão, evidenciando a necessidade de maior preparação docente. A inclusão tem sido implementada sem a devida capacitação dos professores. O estudo evidencia a importância da formação docente específica para inclusão educativa e ressalta o papel do PIBID como espaço de inovação pedagógica e transformação social no ensino. A vivência reforçou a importância de estratégias pedagógicas acessíveis e da criação de um ensino que contemple a diversidade.

Palavras-chave: Inclusão, Estratégias Pedagógicas, Ensino de Química, PIBID.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.































<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, IFCE- CE, Cleyton.nogueira09@aluno.ifce.edu.br;

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, IFCE-CE, guilherme.rodrigues11@aluno.ifce.edu.br;

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, IFCE-CE, irisbezerradesousa@gmail.com;

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Professor orientador: Doutor em Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE - CE, Mariano.oliveira@ifce.edu.br.;



# INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais na educação básica configurase como um dos grandes desafios e, ao mesmo tempo, avanços das políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. Garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de estudantes do público-alvo da educação especial passou a ser uma missão legalmente prevista a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e da implementação de documentos normativos, como a Resolução nº 2 de 2001, do Conselho Nacional de Educação. Entretanto, efetivar a inclusão pressupõe muito mais do que abrir as portas da escola; requer mudanças profundas na cultura escolar, na formação dos profissionais da educação e na disponibilização de recursos pedagógicos e de apoio que assegurem condições reais de aprendizagem a todos

No campo das ciências, e especialmente no ensino de Química, essas questões se tornam ainda mais complexas. A Química é frequentemente considerada uma disciplina de elevado grau de abstração, exigindo dos estudantes habilidades cognitivas variadas para compreender conceitos como constituição da matéria, ligações químicas, transformações e cálculos estequiométricos. Para os estudantes com deficiência seja intelectual ou física, os obstáculos vão desde barreiras arquitetônicas até a carência de materiais concretos, acessibilidade comunicacional, apoio especializado e formação adequada dos professores.

Diversos autores sinalizam que o ensino tradicional baseado apenas em exposição teórica e utilização de livros didáticos digitais ou impressos, sem adaptações e recursos diferenciados, pode comprometer a aprendizagem significativa, levando ao isolamento social e ao abandono escolar dos alunos com necessidades especiais. Em resposta a esse cenário, iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) surgiram para fomentar a aproximação entre universidade e escola, estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e promover formação continuada que contemple a realidade inclusiva das salas de aula brasileiras.

O trabalho desenvolvido pelo PIBID destaca-se por articular teoria e prática, investindo na adaptação de conteúdo, criação de jogos educativos, produção de materiais táteis, atividades experimentais simplificadas e estratégias de ensino por meio do lúdico,

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.



























do visual, do concreto e do colaborativo. Essa experiência reflete a construção de um ensino de Química que busca valorizar e respeitar a diversidade humana, reconhecendo o protagonismo do estudante e favorecendo sua autonomia no processo de construção do conhecimento científico.

Diante dessas perspectivas, o presente artigo tem como objetivo relatar as estratégias adotadas para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Química, bem como discutir os desafios, avanços e resultados observados ao longo da pesquisa-ação realizada no âmbito do PIBID. Visa, ainda, contribuir para o debate acerca das práticas inclusivas, reforçando a importância de políticas públicas, recursos pedagógicos acessíveis e formação docente qualificada para a consolidação de uma educação verdadeiramente democrática, crítica e cidadã.

#### **METODOLOGIA**

A metodologia empregada neste trabalho foi estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa-ação e nos princípios da pesquisa descritiva e exploratória, abrangendo e intervir no contexto real de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino de Química. O desenvolvimento ocorreu em uma escola pública participante do PIBID, envolvendo equipe composta por bolsistas de iniciação à docência, professores supervisores e membros da comunidade escolar.

O primeiro passo consistiu no levantamento do perfil dos estudantes, especialmente aqueles do público-alvo da Educação Especial, por meio de observação participante, análise de registros escolares, aplicação de questionários abertos e realização de entrevistas semiestruturadas com professores, alunos e familiares. Essa etapa permitiu a identificação dos tipos de deficiência presentes (intelectual, sensorial/múltipla) e das principais barreiras de acessibilidade física, comunicacional e metodológica enfrentadas tanto pelos estudantes quanto pela equipe pedagógica.

Com base nessas informações, foram elaborados e adaptados materiais didáticos acessíveis, contemplando desde recursos táteis (EVA, massinhas, modelos moleculares), visuais (vídeos legendados, tradução para Libras), auditivos e lúdicos (jogos de tabuleiro e de cartas, dinâmicas de dramatização). As atividades práticas privilegiaram o uso de analogias concretas do dia a dia, como receitas culinárias para o ensino de estequiometria, e experimentos simples para compreensão de propriedades da matéria e transformações

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.



































químicas. A seleção das estratégias atualmente sempre o princípio da flexibilização curricular, do ensino individualizado e da valorização do protagonismo dos alunos com deficiência.

A coleta de dados foi realizada continuamente, por meio de diários de campo dos bolsistas, registros fotográficos autorizados, portfólios de produções de estudantes, seções de interações e aplicação de avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Buscou-se triangulação dos métodos: classificações dos resultados das observações participantes, análises documentais e relatos dos sujeitos envolvidos, ampliando a fidedignidade dos achados

O processo de acompanhamento de reuniões periódicas com a equipe escolar, devolutivas aos alunos e a aplicação de autoavaliações para reflexão sobre as práticas adotadas. Os ajustes metodológicos ocorrem em tempo real, a partir das necessidades observadas e das sugestões dos envolvidos, garantindo ação-reflexão-ação típica da pesquisa-ação

Todos os procedimentos respeitaram o protocolo de ética na pesquisa, com uso autorizado de imagens e depoimentos, garantia de sigilo dos participantes e consentimento informado registrado. Essa metodologia permitiu não apenas o desenvolvimento de intervenções pedagógicas inclusivas e contextualizadas, mas também a produção de conhecimento sobre as potencialidades e desafios da inclusão no ensino de Química, articulando teoria, prática e pesquisa de modo crítico e colaborativo

## REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico sobre educação inclusiva e ensino de Química centra-se em três eixos principais: os marcos legais e políticas públicas, as transformações paradigmáticas na escola e as práticas pedagógicas inovadoras para o acolhimento e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais.

A partir da década de 1990, documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) foram incorporados ao cenário brasileiro, estabelecendo princípios orientadores para a inclusão escolar. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), a Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação e, recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidaram o direito

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.

























à matrícula e permanência de estudantes com deficiência nas escolas regulares, com atendimento educacional especializado e adaptação curricular. Essa base legal reforça que a inclusão não é apenas um direito, mas uma obrigação institucional e ética.

De acordo com Mantoan (2007), a educação inclusiva adquire caráter plural, democrático e transgressor ao promover uma crise institucional que exige da escola a aceitação da diferença e a valorização da alteridade. Carvalho (2008) entende a inclusão como metodologia responsável, ancorada na equidade de oportunidades e no reconhecimento dos sujeitos em suas singularidades.

No plano teórico, autores discutem a superação do modelo médico de deficiência que concebe o aluno apenas por suas limitações para uma perspectiva social e construtivista, capaz de ressignificar o papel da escola e do professor. Franco e Schutz (2019) destacam que o desempenho escolar não pode ser visto apenas sob padrões homogêneos; o professor inclusivo atua como formador e mediador, respeitando o ritmo e as potencialidades de cada estudante.

As práticas pedagógicas discutidas na literatura envolvem a utilização de recursos e estratégias diferenciadas, tais como tutores em sala, materiais táteis, ensino bilíngue para deficientes auditivos, individualização na avaliação, flexibilização curricular e presença de profissionais de apoio. Leituras recentes também reforçam a importância da formação continuada dos docentes, do trabalho colaborativo e da articulação com famílias e comunidade para uma efetivação legítima da inclusão escolar

No ensino de Química, a inclusão exige adaptações dos conteúdos, uso de representações visuais e concretas, desenvolvimento de jogos educativos e experimentos que permitam a compreensão dos processos químicos além da linguagem abstrata dos livros-texto. Pesquisas destacam que uma abordagem lúdica e experimental facilita a integração dos alunos com necessidades especiais, promovendo o protagonismo estudantil e a valorização da diversidade

Assim, o referencial teórico do presente trabalho reconhece a complexidade da educação inclusiva, apoiando-se em marcos legais, políticas nacionais e internacionais, paradigmas construtivistas e colaborativos, bem como em práticas contextuais inovadoras que buscam garantir o direito à aprendizagem científica de todos os sujeitos da escola brasileira.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.

























## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões desta pesquisa revelam avanços, desafios e potencialidades concretas no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino de Química, especialmente no contexto de atuação do PIBID e conforme as práticas experimentadas em escolas públicas.

A primeira constatação proveniente do acompanhamento e das observações de sala de aula foi o impacto positivo da adaptação de materiais didáticos. Recursos como jogos educativos, modelos táteis, atividades visuais, vídeos com legendas e tradução para a libras tornando acessíveis promoveram um significativo aumento na participação na autonomia e na compreensão dos conteúdos de Química por parte dos alunos do públicoalvo da educação especial. Isso foi perceptível tanto em avaliações escritas quanto durante atividades práticas, onde estudantes com deficiência intelectual, visual e motora conseguiram interagir, formular hipóteses e socializar descobertas entre colegas.

Outro aspecto marcante foi o papel do planejamento colaborativo e da flexibilização curricular na superação das barreiras de acessibilidade. A condução das aulas em conjunto com professores supervisores e participação dos familiares garantiu ajustes metodológicos em tempo real, favorecendo o acolhimento às especificidades de cada estudante. O uso de experimentos simples, analogias do cotidiano e estratégias concretas (como a execução de receitas culinárias para ensinar estequiometria) permitiu o desenvolvimento progressivo de competências científicas nos alunos, aumentando sua autoestima e capacidade de resolver problemas.

Por outro lado, persistem desafios estruturais e formativos importantes. Os resultados evidenciam que muitos professores relataram insegurança para planejar e conduzir práticas inclusivas, sobretudo pela ausência de formação específica, de apoio técnico e de recursos didáticos e tecnológicos adequados. Observou-se também que há um número ainda limitado de materiais de ensino adaptados para diversas deficiências, principalmente para estudantes com deficiência intelectual e altas habilidades, o que amplia a relevância dos projetos colaborativos entre universidade, escola e comunidade.

A literatura aponta que, apesar das conquistas legais e institucionais, há uma lacuna significativa em pesquisas aplicadas e na efetivação das propostas inclusivas no ensino de Química. Destaca-se, ainda, que as experiências bem-sucedidas dependem do

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.

































intermédio entre docentes, reflexão crítica sobre o próprio fazer pedagógico e abertura para uso de tecnologias assistivas, além de ações que promovam a construção coletiva de uma escola democrática e científica.

Por fim, os dados enfatizam que ações inclusivas bem estruturadas não beneficiam somente os alunos com necessidades especiais, mas promovem melhoria global do ambiente escolar, estimulando empatia, cooperação, cidadania e fortalecimento dos vínculos comunitários. Portanto, os resultados aqui apresentados subsidiam o debate sobre o papel das metodologias inclusivas, da formação docente e da inovação curricular para um ensino de Química acessível, equitativo e promotor de desenvolvimento humano para todos.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência desenvolvido no âmbito do PIBID mostra que a inclusão efetiva no ensino de Química é possível e benéfica para alunos com necessidades especiais, promovendo não apenas aprendizagens acadêmicas, mas também ampliando a participação e o respeito à diversidade. Ressalta-se a importância da adaptação curricular, do uso de materiais acessíveis e do acompanhamento contínuo para a adequação das metodologias. A falta de formação específica dos docentes é um desafio que precisa ser superado para garantir a qualidade da educação inclusiva. Sugere-se que políticas públicas continuem a apoiar programas como o PIBID que aproximam a teoria da prática escolar e promovem experiências que enriquecem a formação docente e a vida escolar dos alunos. Novos estudos podem aprofundar a análise do impacto das metodologias inclusivas e desenvolver recursos ainda mais eficazes.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará pelo apoio institucional. Reconhecemos a colaboração dos alunos, professores, famílias e equipe escolar que participaram e propiciaram experiências enriquecedoras. Aos bolsistas do PIBID, pela dedicação e empenho em tornar a educação mais inclusiva e justa.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.

















## REFERÊNCIAS

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Brasília: especiais. UNESCO, 1994. Disponível https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427\_por. Acesso em: 27 out. 2025

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da Educação, 43-57, 2007. Disponível navalha. 1, pág. https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/675. Acesso em: 27 out. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler de. Educação Inclusiva: com os pingos nos "é". 3.ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ferramentas de inteligência artificial foram empregadas como suporte para a revisão ortográfica deste manuscrito.





























